

O que se passa na Eritreia?

Milhares de eritreus chegam à Europa todos os meses em busca de proteção. A Portugal já chegaram 160 desde o final do ano passado. De que fogem?

O número de cidadãos eritreus a fugir do país de origem e a pedir asilo na Europa tem aumentado significativamente e só em 2015, 47025 eritreus requereram asilo em solo europeu, tornando a eritreia uma das nacionalidades mais representadas entre os migrantes a chegar ao continente.

Em Portugal, já chegaram 160 ao abrigo do mecanismo da recolocação, desde o final do ano passado. O JRS-Portugal, através do trabalho que desenvolve no CATR (Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados da C.M. de Lisboa), já acompanhou 29 eritreus desde fevereiro deste ano de entre um total de 48 pessoas acolhidas.

Ainda há, no entanto, muito desconhecimento sobre as causas que obrigam estas pessoas abandonar a sua terra, o que nos leva a fazer um breve resumo sobre a grave situação do país.

O Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas tem vindo a alertar para “violações sistemáticas, generalizadas e flagrantes dos direitos humanos”, por parte do regime do Presidente Isaias Afwerki, que tem gerido o país com mão-de-ferro desde o fim da guerra com a Etiópia pela independência (1961-1991), na qual teve um papel preponderante ao liderar a Frente Popular de Libertação da Eritreia. Com o fim da guerra e a independência em 1993, Isaias tomou o poder onde se mantém até aos dias de hoje, tornando o seu partido – Frente Popular para a Democracia e Justiça (PFDJ) - o único permitido no país. Em 1997 foi criada uma nova constituição onde estava previsto o pluralismo partidário, no entanto, este sistema nunca foi posto em prática e as eleições agendadas para 2001 foram adiadas indefinidamente, o que significa que o país nunca teve eleições nacionais.

Nos últimos 15 anos, e no seguimento de um novo conflito com a Etiópia (1998-2000), desta vez por razões fronteiriças, o seu regime foi-se tornando cada vez mais violento e autoritário, sob o pretexto de que as tensões com a Etiópia continuam por resolver e uma nova guerra é iminente. Isto tem levado o regime a cometer inúmeras violações dos direitos humanos que incluem detenções arbitrárias, tortura, desaparecimentos forçados e discriminação religiosa e étnica.

Além disto, o governo controla todas as trocas comerciais com o estrangeiro, beneficiando os apoiantes do regime, permitindo que estes lucrem com o contrabando de bens, como comida, materiais de construção e álcool. Há acusações por parte da Etiópia

de que o regime eritreu estará também a financiar grupos opositores ao governo do seu país.

Os jornais e outros *media* independentes foram encerrados em 2001, transferindo para o governo o total controlo sobre todos os meios de difusão de informação, incluindo a internet. Para além disso, vários jornalistas têm vindo a ser detidos (17 em 2015) sem nenhuma acusação formal e contacto com o mundo exterior.

As práticas religiosas são severamente limitadas pelas instituições de poder e apenas quatro religiões foram reconhecidas oficialmente, sendo que também estas são alvo de perseguições. O povo eritreu não está também autorizado a debater questões políticas ou a reunir-se em pequenos grupos na via pública. As ações das ONG foram sendo cada vez mais limitadas pelo governo até que, em 2001, todas as organizações foram expulsas do país, não tendo sido autorizadas a voltar a entrar. Apesar dos esforços para promover os direitos das mulheres e da proibição da mutilação genital em 2007, esta continua a existir nas zonas mais rurais do país e o abuso sexual de mulheres no serviço militar é um grave problema.

A liberdade académica não existe. Todos os estudantes são obrigados a entrar no serviço militar, caracterizado pela ONU como trabalho forçado, por um período de tempo indefinido. E é precisamente esta a causa maioritariamente apontada pelos requerentes de asilo eritreus que chegam à Europa. A maioria dos refugiados de nacionalidade eritreia que tem chegado a Portugal são homens, em idade ativa, que fugiram do seu país de origem por estarem há anos a cumprir o serviço militar obrigatório, recebendo para isso remunerações que não asseguram as suas condições básicas de sobrevivência e das respetivas famílias.

Oficialmente, o serviço militar obrigatório eritreu tem a duração de 18 meses, mas há casos reportados de homens obrigados a juntar-se ao exército em condições desumanas e em regime de trabalho forçado durante uma década. Já ouvimos mesmo casos de eritreus que tiveram de fugir depois de 20 anos a cumprir o serviço militar, deixando as suas famílias para trás e arriscando a vida numa viagem perigosíssima (para saírem da Eritreia, têm de passar pelo deserto do Saara, Etiópia, Líbia e atravessar o mar mediterrâneo em direção à Itália). A maioria não acabou o ensino básico e nunca conheceu outra realidade senão a do recrutamento e a do serviço ao exército.

Estas pessoas chegam aos países de acolhimento, muitas vezes depois de viagens de anos, e o maior desejo é poderem reunir-se novamente com as famílias que, na maioria dos casos, ficaram na Etiópia ou na Somália em situações de extrema vulnerabilidade, já que podem sofrer represálias por parte do governo que persegue os desertores e os seus familiares.

A tortura, as detenções arbitrárias, os desaparecimentos forçados e as perseguições políticas são práticas bastante comuns na Eritreia, onde o Estado de direito é inexistente e as pessoas que ali vivem não conseguem vislumbrar nada que se assemelhe a uma vida com futuro. É por esta razão que os nacionais da Eritreia têm procurado na Europa o recomeço de uma vida em segurança e livre e estão habilitados a entrar no mecanismo de recolocação da UE e receber proteção por parte dos Estados-Membros.

Alguns números:

- Estima-se que 5 mil eritreus deixem o país todos os meses
- Em 2015, 47.025 eritreus requereram asilo na Europa
- Nos primeiros sete meses de 2016, estima-se que chegaram 11.564 eritreus a Itália

Pode saber mais aqui:

<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2016/eritrea>

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G16/093/42/PDF/G1609342.pdf?OpenElement>

<http://www.cfr.org/eritrea/authoritarianism-eritrea-migrant-crisis/p37239>

